



UniCEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL –
PROJETO PROFESSOR NOTA 10

DALVINA CARVALHO MAIA
DIVA MESQUITA DE OLIVEIRA COELHO
ECY OLIVEIRA DA SILVA
MARIA RITA ALVES NOGUEIRA

INCLUSÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONVÍVIO
SOCIAL

BRASÍLIA
2005

DALVINA CARVALHO MAIA
DIVA MESQUITA DE OLIVEIRA COELHO
ECY OLIVEIRA DA SILVA
MARIA RITA ALVES NOGUEIRA

INCLUSÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONVÍVIO SOCIAL

Projeto de TCC apresentado ao Curso de Pedagogia – Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Projeto Professor Nota 10, da Faculdade de Ciências da Educação – FACE; do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como parte das exigências para conclusão da disciplina Monografia I.

**Orientadora Professora Doutora
Maria Eleusa Montenegro**

BRASÍLIA
2005

Dedicamos este trabalho aos que convivem e trabalham com crianças portadores de necessidades especiais; a todos os que acreditam nesse trabalho, especialmente aos pais de alunos que buscam a qualidade de vida para seus filhos, e aos alunos que nos proporcionam o desafio deste estudo.

Primeiro agradecemos a Deus por nos fortalecer e iluminar nossa inteligência nos momentos em que as idéias pareciam não fluir. Agradecemos também aos nossos filhos e amigos que nos incentivaram. Aos professores e a todos que nos apoiaram na realização de tarefas e pesquisas. Sem a ajuda destes, admitimos que certamente não concluiríamos este trabalho. A eles o nosso muito obrigada por tudo.

“Talvez a velha escola especial e a recente inclusão nas escolas regulares constituam adornos parecidos que pretendem cobrir, com o mesmo resultado, um rosto definitivamente debilitado.”

Carlos Skliar

RESUMO

Este trabalho visou verificar as contribuições que a escola pode oferecer aos alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais - PNEE's, no convívio familiar, como também na convivência com os amigos e colegas. Objetivou, ainda, compreender as conseqüências do trabalho da escola para a vida em comunidade; levantar os benefícios do trabalho escolar para a formação de hábitos e atitudes dos alunos inclusivos, bem como verificar se os conhecimentos formais contribuíram para o convívio social. A abordagem utilizada em um estudo de caso foi a qualitativa. O instrumento de pesquisa foi uma entrevista com quatro mães de alunos PNEE's matriculados nas unidades públicas de ensino do DF (Ceilândia, Taguatinga, Santa Maria, Gama) . Os dados levantados foram organizados nas seguintes categorias: Tempo de atendimento das crianças PNEE's em turmas inclusivas; o comportamento antes e depois da inclusão do PNEE's; Socialização nos vários segmentos da sociedade que costuma freqüentar; Comportamento no convívio escolar; Contribuições e melhorias na formação de conhecimentos, hábitos e atitudes; e Contribuição da escola para lidar com o PNEE's. O estudo sobre este tema permitiu conhecer um pouco do resultado que a inclusão traz aos PNEE's para uma convivência mais saudável para todos. A pesquisa aproximou as pesquisadoras da realidade vivida pelos PNEE's através de suas mães, com seus relatos de experiências, na sua simplicidade, às vezes carregada de emoções ao se referirem sobre os avanços obtidos por seus filhos, em meio às suas limitações. Pode-se perceber que todo desenvolvimento apresentado por esses alunos é de grande valor para os pais e seus familiares. Vale ressaltar a importância da escola que é a mola propulsora dos meios para que ocorra efetivamente à inclusão, com parceria família e sociedade, para abrir caminhos e estimular o PNEE' a prosseguir nesta busca de conhecimento para uma melhor qualidade de vida. A escola por si só não pode ser a única responsável por todas as transformações sociais, mas é peça fundamental na construção de uma nova perspectiva de vida. Melhorias comportamentais, avanços na socialização, conhecimentos adquiridos são resultados do trabalho que as escolas estão realizando.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1 JUSTIFICATIVA.....	07
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	08
1.3 OBJETIVOS.....	10
1.3.1 Geral.....	10
1.3.2 Específicos.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 CONCEITO DE INCLUSÃO.....	12
2.2 O HISTÓRICO DA INCLUSÃO.....	12
2.3 A LEGISLAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO.....	14
2.4 TIPOS DE ALUNOS INCLUSIVOS.....	15
2.5 CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA PARA A INCLUSÃO SOCIAL DOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	16
3. METODOLOGIA	18
3.1 A PESQUISA QUALITATIVA.....	19
3.2 INSTRUMENTO A SER UTILIZADO.....	20
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	21
3.4 ESPECIFICAÇÃO DAS FASES DE PESQUISA.....	22
3.5 CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	22
3.5.1 CATEGORIAS SELECIONADAS.....	22
3.5.2 ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	33

1. INTRODUÇÃO

*“Ninguém é igual a ninguém
todo o ser humano é um ser
ímpar”*

Carlos Drummond Andrade

1.1. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema: inclusão escolar e sua contribuição para o convívio social, foram selecionadas como objeto de estudo na tentativa de contribuir com algumas reflexões imprescindíveis no desenvolvimento da função de educadores, especiais – PNEEs.

A inclusão social, PNEEs, consiste no maior desafio da educação nos dias atuais e tem sido tema de discussões mundiais, configurando mudanças em alguns setores da sociedade.

A educação inclusiva rompe com o paradigma do atual sistema de ensino para responder as necessidades de todos, visando uma educação de qualidade com objetivo de se levar a uma reflexão frente a esse processo de significativas mudanças sociais.

A escolha do tema está relacionada com a realidade nas comunidades escolares, visando perceber a integração dos PNEE's fora do ambiente escolar.

Esta temática expressa a necessidade que a escola e a família têm na busca de garantir escolarização para os PNEE's, oportunizando-os um espaço comum da vida em sociedade, sendo representantes deste ato, todo o sistema.

A inclusão escolar apresenta desafios para atender às crianças PNEE's, o que implica na ressignificação do olhar da escola, que num esforço conjunto, deverá adequar suas condições físicas e atitudinais, garantindo a acessibilidade e a permanência destes alunos.

O ser humano tem buscado, por muito tempo, igualdade em direitos e deveres como cidadãos, primando por uma sociedade democrática de direito e que respeite a condição humana; poderia ser complementada pelo entendimento da complexidade da diversidade da vida humana, uma vez que se tem história diferente e única.

Embora alguns procurem colocar todos em pé de igualdade, uniformizando-os, a sociedade por sua vez, é constituída de seres humanos diferentes. A igualdade existe perante a lei em relação aos direitos e deveres: como cidadãos, inseridos numa sociedade cheia de regras; porém, as pessoas são diferentes; cada uma com sua trajetória de vida única no universo. Esse mesmo universo presenteia aos homens com sua vasta riqueza do que é mais belo, aroma, paisagens, sabores, diversidade cultural, uma mistura de povos e crenças, que permite aos indivíduos buscarem uma convivência harmoniosa, preservando o respeito às diferenças e adequando-se ao convívio social harmonicamente.

A diversidade humana, leva o indivíduo a construir sua própria história através de vivências e troca de experiências, na busca de uma relação suportável para todos os envolvidos.

É nessa construção da convivência humana que se vai falar da “inclusão e sua contribuição para o convívio social”.

1.2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

1.2.1. Por que se escolheu estudar o tema: “inclusão e sua contribuição para o convívio social”?

Surgiu a idéia do estudo, baseado na insuficiência de conhecimento sobre o tema, na busca de verificar as contribuições da escola para a melhoria do convívio familiar, bem como perceber para os reflexos da educação inclusiva na convivência dos PNEE's com os amigos e colegas, e se os conhecimentos formais contribuem para o convívio social.

Portanto, o desejo de estudar e pesquisar sobre o tema surgiu da necessidade de buscar conhecimentos; da falta de preparo e qualificação profissional que direcionou ao estudo aprofundado através da leitura de livros; o instrumento de pesquisa foi entrevista com algumas mães de alunos PNEE's,

matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, inseridos nas classes inclusivas.

Vale ressaltar que a busca desse conhecimento veio somar à prática pedagógica como subsídios essenciais às mudanças do ponto de vista em relação às diferenças, e especialmente os alunos diferentes nas mais diversas patologias, considerando que há muito a ser feito para que ocorra a criação de uma cultura, mesmo sabendo que é um processo lento, que inclui desafios.

1.2.2. Por que se escolheu verificar as conseqüências na sociedade ?

Acreditando na imensa capacidade da sociedade em reconhecer e entender o outro, assim como o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes, foi que o grupo decidiu pela escolha desse tema.

No entanto, um País com uma demanda territorial com riquezas culturais impressionantes, tendo como meta alcançar a inclusão, necessita-se compreender a escola como um espaço acolhedor que respeite e valorize a diversidade humana, com o compromisso de combater a exclusão de qualquer pessoa, preparando o indivíduo para o convívio social. A sociedade por sua vez, poderá oferecer condições favoráveis à permanência desse sujeito em todos os segmentos, o que está de acordo com Westmacott (*apud* SASSAKI 1996), quando este afirma que “o modelo social da deficiência diz que são as atitudes da sociedade e o nosso ambiente que necessitam mudar”.

Sobre esse assunto, SASSAKI (1997) complementa:

uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela oferece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

É baseado nesta afirmação que se acredita que tudo poderá ser diferente, quando a sociedade tiver a consciência do seu papel, agindo na construção de uma convivência com justiça e respeito, primando pelas relações interpessoais e que de fato estas estejam comprometidas com o compromisso pessoal e social dos sujeitos.

Desse modo, espera-se que o processo de inclusão possa eliminar os obstáculos encontrados na utilização de conceitos e rótulos pejorativos, atitudes excludentes em relação às pessoas com condições inatas ou adquiridas de forma atípicas, sejam superados dentro da escola e sociedade como um todo.

1.2.3. Que respostas se quer?

Espera-se que ao final deste trabalho ele possa contribuir para um olhar mais crítico do que é a inclusão e seus benefícios para os PNEE's, na busca de compreender melhor tal processo.

Espera-se que a participação dos pais possa contribuir para promoção de reflexões sobre esse assunto tão polêmico e desafiador.

Sabe-se que, ao expor idéias, às vezes causa constrangimento, e foi essa preocupação em manter sigilo na identificação do entrevistado, dando-lhe liberdade para responder a entrevista, com o desejo que venha acrescentar, e muito, neste trabalho. Espera-se que os pais possam ser sinceros e que baseadas nessas respostas possa-se desenvolver estudo aprofundado buscando resolver as necessidades e ao mesmo tempo levar a esclarecimentos edificadores e melhor qualidade de vida.

1.3 . OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Verificar a importância da inclusão escolar para o convívio da criança na sociedade e contribuir para a melhoria desse convívio.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Verificar quais as contribuições da escola para a melhoria do convívio familiar;
- Perceber os reflexos da educação inclusiva na convivência dos PNEEs com os amigos e colegas;

- Compreender as conseqüências do trabalho da escola para a vida em comunidade;
- Levantar os benefícios do trabalho escolar para a formação de hábitos e atitudes dos alunos inclusivos;
- Verificar se os conhecimentos formais contribuíram para o convívio social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CONCEITO DE INCLUSÃO

“Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro”.
Maria Teresa Eglér Mantoan

A conceituação de inclusão sugere a imagem de uma escola em movimento, em constante transformação, enriquecida pelas diferenças. Isso implica mudanças de atitudes, modificação e adaptação ao meio, com uma nova organização da estrutura escolar, conforme citação de MANTOAN (1997, p. 121).

A função de uma inclusão institui a inserção de forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa, todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocadas na corrente principal. A meta principal da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo.

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 23).

Ainda sobre esse assunto, MANTOAN relata que a inclusão é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. (2005. p. 24).

Entende-se por inclusão a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade esta que deve estar orientada para relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, do esforço coletivo na equiparação das oportunidades do

desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (LDBEN, 2001, p.13).

SASSAKI, 1997 define a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (p. 41).

2.2. HISTÓRICO

Quando nos deparamos com pessoas consideradas diferentes, algumas atitudes revelam não somente as crenças e os valores individuais, mas também o contexto social em que vivemos. Por meio de um condicionamento cultural, interiorizamos preconceitos e reproduzimos estigmas de acordo com cada momento histórico. Dessa forma, a trajetória histórico-cultural das pessoas diferentes, que recebem o nome , hoje, de sujeitos com necessidades educacionais especiais, reflete como se desenvolveram os valores da humanidade. Além disso, nos ajudam a entender os motivos pelos quais um dia condenamos ao extermínio sujeitos considerados imperfeitos e hoje estamos aprendendo a conviver com a diversidade humana. Em várias épocas da história, as pessoas com necessidades educacionais especiais eram abandonadas em locais de isolamentos, prisões, hospitais, etc., sendo essa atitude justificada na cultura, local e momento histórico. (UNICEUB, p. 114).

A chamada educação para todos foi uma recomendação da Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha nos dias 07 a 10 de Junho de 1994, contando com a presença de mais de trezentos representantes de noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, organizada pelo governo espanhol em parceria com a UNESCO. (*idem , ibidem* p.9).

A Declaração de Salamanca é uma recomendação que reafirma o direito de todas as pessoas à educação conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, recorda as diversas declarações das Nações Unidas que culminaram nas Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para pessoas

com deficiência, renomando assim o empenho da comunidade Mundial, para garantir esse direito a todos, independentemente de suas diferenças particulares.

Segundo SASSAKI (1997, p.18), o movimento de inclusão teve início.

Em 1989, quando ouviu uma palestra ministrada pelo padre Luiz Carlos Dutra na cidade de Lafayette, Louisiana, Estados Unidos da América (EUA), o qual desenvolvia um projeto de prestação de serviços de vida independente, destinado ao atendimento de pessoas com deficiência múltipla no caso (surdez / cegueira) projeto esse financiado em parte pelo governo de Louisiana.

É importante ressaltar que, no processo de inclusão, busca-se transformações na maneira de lidar com os sujeitos PNEE's respeitando-o como aquele que tem patologia, superando mitos, estereótipos, buscando a reflexão dentro da comunidade escolar, com vistas a romper com os conceitos pejorativos, eliminando-se atitudes de exclusão. Segundo SASSAKI (1997), para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser capaz de atender as necessidades de seus membros. Desse modo, o convívio social dos alunos com necessidades educacionais especiais, demanda que a escola inclusiva adote posturas pedagógicas, reconhecendo a diversidade humana, possibilitando modificações nas relações interpessoais, estabelecendo um compromisso social e educacional, independentemente das condições físicas sensoriais e /ou intelectuais dos educandos.

Ainda para SASSAKI (1997, p. 43), nem todas as pessoas deficientes necessitam que a sociedade seja modificada, pois alguns estão aptos a se integrarem nela assim mesmo. Mas há outras pessoas com necessidades especiais que não poderão participar plena e igualmente da sociedade se esta não se tornar inclusiva.

Desta forma é necessário assumir uma nova postura e encarar com compromisso, respeito rompendo com preconceitos arraigado e buscar a valorização e resgatando a sua auto estima e promovendo assim sua autonomia.

2.3. A LEGISLAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO

O princípio da inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos – um lugar que inclua todos os alunos; celebre a diferença; apóie a aprendizagem e responda às necessidades individuais.

O ano de 1981, foi eleito pela Organização das Nações Unidas – ONU como “Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência”, ocasião em que as nações discutiram o princípio da “participação e igualdade plenas”. Paralelamente outras discussões ocorreram, como a equiparação de oportunidades e acessibilidade aos bens serviços que resultaram a aprovação do plano de Ação Mundial para a pessoa portadora de deficiência – PAM (1982) (UNICEUB – 2003,p.121).

O Ministério da Justiça criou a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência/ CORDE entidade responsável pela formulação da política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência por meio do decreto 93.481, de 29 de outubro de 1986. Na mesma época a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, disciplinou entre outros pontos o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, bem como a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas. (idem, ibidem, p.122) .

A constituição, promulgada em 1988, garante no inciso III artigo 208: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O sentido do termo “preferencialmente” passa pela preocupação de dupla interpretação, pois aquilo que é preferencial para uma escola, pode não ser para outra. Diante dessa conformidade as escolas ficam à vontade para decidir pela matrícula ou não de uma criança com necessidades educativas especiais, não assegurando assim o direito público de “educação para todos” (BRASIL, 1988).

A nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, tipifica melhor o princípio genérico da Constituição, o Plano Nacional de Educação e a Declaração de Guatemala (aprovado em 2001), o texto da “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de

Deficiência,” cujas recomendações se tornaram lei de caráter nacional no Brasil. Há ainda uma interpretação a esses quatro instrumentos legais de grande porte dado pelo Conselho Nacional de Educação através de dois pareceres – o nº17/2001 e o nº4/2002 – e de uma resolução – nº2/2001. São estes últimos que chegam mais próximos das escolas, já que traduzem os quatro grandes instrumentos legais.

Em 1994, por ocasião do Encontro de Salamanca (Espanha), foi definido em âmbito nacional o documento “Declaração de Salamanca”, assinado por diversos países; marcando época e determinando as transformações das instituições educacionais em “Escola para Todos”, adotando como princípio orientador a inclusão de todo aluno na escola, considerando seu contexto educacional e comunitário.

2.4. TIPOS DE ALUNOS INCLUSIVOS

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, que institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, define:

Art. 5º. Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais ao que, durante o processo educacional, apresentem:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A declaração de Salamanca recomenda as escolas que se ajustem às necessidades dos alunos, quaisquer que sejam suas condições físicas, sociais e lingüísticas, incluindo aquelas que vivem nas ruas as que trabalham, os nômades

os de minorias étnicas, culturais e sociais, além dos que se desenvolvem à margem da sociedade (Declaração de Salamanca, 1994, p.17 e 18).

Todos os portadores de alguma deficiência têm direito à inclusão, convivendo, aprendendo e ensinando, exceto crianças sem perspectiva pedagógica, e os que o sistema de ensino comum ainda não está pronto para recebê-los. Estes continuam em centros especializados recebendo as terapias de profissionais capacitados.

2.5. CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA INCLUSÃO DOS PNEE's

As escolas atuais não oferecem condições físicas que facilitem a acessibilidade do PNEE's tais como barreiras arquitetônicas e atitudinais, que necessitam de mudanças, levando à conscientização e reavaliação de preconceitos e estigmas voluntários ou involuntariamente.

E dentro dessa conjuntura, é importante refletir sobre a convivência dos PNEE's dentro da escola inclusiva. Com esse olhar acredita-se que a escola deveria ser um espaço histórico-social em defesa do princípio ético de respeito à diversidade humana, tentando a superação nas relações interpessoais, que incluem exclusão dos indivíduos, sem distinção de sexo, raça, cor, crença, aptidões físicas, sensorial e intelectual.

Os estudos sobre educação inclusiva avançaram a busca da construção de uma sociedade não excludente, em que a diversidade humana seja respeitada sob os olhares críticos de princípios

A Prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. (SASSAKI, 1997, p. 41 e 42).

Portanto, a possibilidade do reconhecimento da diversidade humana, continua sendo a grande expectativa da inclusão escolar, por conseguinte as modificações nas relações interpessoais dos atores educacionais exigem compromisso pessoal, social e educacional com o ensino e aprendizagem dos educandos independentemente das condições físicas sensoriais e intelectuais.

3. METODOLOGIA

3.1. A PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa lida com universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (NASCIMENTO *apud* MINAYO, 2002, p.90).

Pode-se afirmar que na pesquisa qualitativa sujeito e objeto estão imbricados e reciprocamente correlacionados. Desse modo, faz-se necessário que o pesquisador adote uma atitude aberta e despojada para tornar-se apto a viver intensamente todas as situações pesquisadas.

O pesquisador não se transforma em um mero relator passivo: ele faz uma imersão no cotidiano dos pesquisados, familiariza-se com os acontecimentos, partilhando com a vida e os problemas encontrados.

Na pesquisa qualitativa todos os pesquisados são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimento e produzem praticas capazes de intervir nos problemas que identificam. Em assim sendo, a relação entre pesquisado e pesquisador é interativa devendo todos os envolvidos participarem de todas as etapas da investigação, desde a definição do problema até a construção coletiva dos resultados (NASCIMENTO, 2002, p. 90 e 91).

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento e na variedade de abordagens e método.

Aspectos da pesquisa qualitativa:

- Apropriabilidade de métodos e teorias
- Perspectivas dos participantes e sua diversidade
- Reflexibilidade do pesquisador e da pesquisa
- Variedade de abordagens e métodos na pesquisa qualitativa (FLICK,2004, p. 20).

Alguns temas de pesquisa podem ser polêmicos e até mesmo considerados inconfessáveis, tais como aqueles que são direcionados a pessoas com deficiência.

O tema é complexo e constitui para o entrevistador uma tarefa delicada questionar junto às mães a qualidade do ensino oferecido aos PNEE's e os benefícios advindos como resposta da inclusão dos mesmos na classe de ensino regular.

A pesquisa será realizada com os pais de alunos PNEE's que estão matriculados em classes inclusivas na rede pública de ensino do Distrito Federal. E como pesquisar um tema tão complexo, sem demonstrar sentimentos ou até mesmo interferir nas respostas dos entrevistados?

Este questionamento convida o pesquisador a não modificar o seu foco, dada sua importância em todo o desenvolvimento do trabalho.

O mais plausível é a importância que a escola tem no desenvolvimento dos PNEE's, fazendo com que estes sintam-se valorizados, queridos. Este é o foco mais importante.

É fundamental que o pesquisador saiba que nenhuma pesquisa pode ser pensada senão interagindo com o universo de conhecimento que a cerca, e do qual também ele faz parte. De acordo com a visão paradigmática que o sustenta, ou seja, com a visão filosófica de mundo que o fundamenta.

O pesquisador deve observar que a metodologia é definida em função de um quadro teórico de referência. Apoiado em pressupostos epistemológicos, não distanciando de sua tarefa de preencher lacunas, de trilhar novos caminhos e buscar conhecimentos.

3.2. INSTRUMENTO UTILIZADO

O objeto de pesquisa desse trabalho, trata da inclusão escolar e sua contribuição para o convívio social.

Analisado o conceito de educação inclusiva e sua contribuição na vida dos PNEEs, deseja-se saber quais benefícios já foram conquistados através da escola na vida desses alunos que pertencem às classes inclusivas.

Com base nos estudos feitos através de leituras, pesquisas nos livros, foi possível elaborar um roteiro de entrevistas, direcionado às mães com o objetivo de abordar a idéia dos mesmos sobre a contribuição da inclusão para o convívio social. O roteiro de entrevista encontra-se no apêndice.

O que se pretende examinar é se as perguntas permitem captar a compreensão acerca do tema em estudo, que suas contribuições sociais trás para a família, para escola e para a sociedade em geral, qual visão que se tem da inclusão escolar e possíveis barreiras existentes para sua viabilização (NASCIMENTO, 2002, p. 91).

A pesquisa foi sistematizada através de roteiro de entrevista, com a preocupação de não utilizar estratégias que pudesse gerar o risco de perder de vista as questões do roteiro proposto, e nem tão pouco perder a oportunidade de um encontro informal, possibilitando um clima agradável para que os entrevistados fiquem bem a vontade para falar sobre o que lhe for solicitado.

E como se trata de uma pesquisa que procura investigar a visão dos pais ante a inclusão dos seus filhos nas classes de ensino regular, será de fundamental importância, para o desenvolvimento do estudo ora realizado.

3.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Ao escolher o instrumento de pesquisa, foi definido que seria uma entrevista e que deveria ser realizada com mães de alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEEs), matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, nas cidades satélites de Ceilândia e Santa Maria, Gama, Taguatinga, com quatro mães de alunos inclusos na rede pública do Distrito Federal. Vale ressaltar que as mães foram orientadas. As informações prestadas por elas eram de absoluto sigilo, a fim de preservá-las de possíveis constrangimentos ao se exporem, o que deve ter contribuído para ficarem livres para expressarem suas opiniões e pensamentos.

3.4. ESPECIFICAÇÃO DAS FASES DA PESQUISA

Normalmente, a pesquisa qualitativa é realizada em seis fases distintas iniciando-se com a escolha do tema do projeto.

Primeira fase: A escolha do tema ocorreu em novembro de 2004 com a pesquisa bibliográfica em livros e periódicos. Foi possível, nesse sentido, iniciar um posicionamento em relação os princípios teóricos pertinentes, com a definição do seguinte tema: Inclusão escolar e sua contribuição para o convívio social, atividade concluída em março de 2005.

Segunda fase: Na primeira quinzena de abril de 2005, iniciou-se a elaboração de projeto começando pela metodologia de pesquisa e dos elementos pós-textuais.

Terceira fase: Na segunda quinzena de abril de 2005, construiu-se o referencial teórico da monografia.

Quarta fase: Consistiu na elaboração e aplicação do instrumento de coleta de dados por todo mês de maio.

Quinta fase: Consistiu na organização análise e discussão dos dados no período: primeira quinzena de junho de 2005.

Sexta fase: Consistiu na construção final da monografia com suas considerações teórico-práticas na segunda quinzena de 2005.

3.5. CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.5.1. DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS

Para análise, organização e discussão dos dados foram definidas as seguintes categorias:

- ☞ Tempo de atendimento das crianças PNEE's em turmas inclusivas,
- ☞ O comportamento antes e depois da inclusão do PNEE's;
- ☞ Socialização nos vários segmentos da sociedade que costuma freqüentar;
- ☞ Comportamento no convívio escolar;
- ☞ Contribuições e melhorias na formação de conhecimentos, hábitos e atitudes;
- ☞ Contribuição da escola para lidar com o PNEE's.

3.5.2. Organização, análise e discussão dos dados

- Tempo de atendimento das crianças PNEE's em turmas inclusivas

“4 anos” (mãe 1),

“1 ano e meio” (mãe 2)

“2 anos” (mãe 3)

“A escola inclusiva realmente só começou a ser falada na escola em que minha filha estuda há 2 anos, porém, fica muito em teoria e falta muita na pratica; embora ela já estuda há mais de 10 anos”. (mãe 4)

As mães responderam de forma direta com exceção da mãe 4, que relatou a experiência de sua filha na escola inclusiva, justificando que a mesma já freqüentava há dez anos a escola, sobre inclusão, e relatando que a mesma “Fica muito em teoria e falta muito na prática”.

- O comportamento antes e depois da inclusão dos PNEE's

“Antes do atendimento escolar a inquietação era maior. Quando chegávamos em um supermercado mexia em tudo, não sentava na igreja, batia muito nos colegas e parentes, hoje observo que melhorou bastante seu comportamento, principalmente no relacionamento com o outro.” (mãe 1)

“Não, seu meio social era restrito, ele não tinha convivência com outras crianças, a não ser com outras deficiências.” (mãe 2)

“Se comporta bem, quando vamos ao supermercado acha que pode presentear doando o troco aos pedintes, não tem idéia de valores em dinheiro, imita o que vê os outros fazendo, viu alguém dando uma vez, tudo que pega em dinheiro quer doar o que sobra depois das compras.” (mãe 3)

“Ela tem várias características de autista, o primeiro contato sempre é de retrain, porém se não for mimada, logo reage e socializa. Se é na igreja, gosta de rezar,

se comporta muito bem, o que atrapalha é as pessoas que, com pena, super protege, a regressão que torna difícil a autonomia.” (mãe 4)

O relato das mães difere nos aspectos relacionais e se percebe que no convívio nos diversos segmentos sociais, seus filhos demonstram melhoria comportamental, crescimento relacional e afetivo, permitindo a si a aproximação do outro. Porém, o que às vezes acaba por interpelar o desenvolvimento, é a super proteção ou a pena do outro, por não compreender o PNEE's em sua particularidade, tornando assim difícil a autonomia do mesmo.

Pode-se observar nos relatos das mães, a ênfase às mudanças positivas de comportamento como fruto de atuação da escola com esses alunos PNEE's. Para WERNECK (1997, p. 21) a sociedade para todos, conscientes da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados.

- Comportamento no convívio escolar

“Tem melhorado sempre em sua rotina diária, aprendeu a compartilhar suas coisas inclusive comida a brincar e a sorrir mais” (mãe 1)

“Mudou. Hoje ele já não se irrita tanto fica menos agitado e se comporta de forma normal, quando em contato com outras pessoas” (mãe 2)

“Em parte transformou, porque antes de participar da escola inclusiva se isolava, era nervosa e dependente demais... Hoje compreende, aceita mais as coisas como é, e não como ela quer” (mãe 3).

“Minha filha já tem idade adulta coloquei para estudar no noturno, pois sua socialização e crescimento em todos os aspectos dependem de referencial e até o momento temos obtido um resultado muito bom, sua maturidade cresceu muito.” (mãe 4).

Nos depoimentos todas confirmaram mudanças comportamentais valorizando a escola como responsável pelos resultados alcançados, como se pode constatar no depoimento da mãe 3, que afirma, que “em parte transformou, porque antes de participar da escola inclusiva se isolava, era nervosa e dependente demais. Hoje compreende, aceita mais as coisas como é, e não como ela quer”.

A convivência no âmbito escolar permite aprendizado e crescimento da auto-estima como pode se verificar no depoimento da mãe 1: “ Tem melhorado sempre em sua rotina diária, aprendeu a compartilhar as suas coisas inclusive comida, a brincar e a sorrir mais”.

- Socialização nos vários segmentos da sociedade

“A sociedade em geral ainda tem muita dificuldade de aceitar o diferente ou algum tipo de deficiência porém, ao colocar uma criança PNEE no convívio com outra e desconstruir o preconceito, conseqüentemente tudo melhora. Onde moro ele já brinca com as crianças da rua anda de bicicleta e joga bola. Em lugares estranhos normalmente o olham com pena, medo e outros sentimentos que nem sei explicar.” (mãe 1)

“Sim, antes ele se irritava quando saía do convívio da família, qualquer movimentação o deixava nervoso, hoje ele não se irrita e até se diverte. Se agita menos e volta da mesma forma que foi.” (mãe 2)

“A influência é claríssima porque demonstrou estar mais equilibrada. Compartilha suas idéias. Brinca com outras pessoas gosta de estar em grupos.” (mãe 3)

“Com certeza influencia. Ela já tem 24 anos, porem até hoje tudo para ela gira em torno da escola. É assim, fazer tudo a tempo e a hora só para não faltar as aulas.” (mãe 4).

O ambiente familiar deve ser o primeiro marco da socialização, em seguida vem a escola, que por sua vez deverá empenhar-se para preencher todas as aspirações sonhadas por aqueles que nela estejam inseridos. Percebe-se que a

contribuição da escola é determinante na mudança comportamental do PNEE's embasado nas respostas das entrevistadas.

Os avanços conquistados por esses alunos são fruto de uma caminhada onde a parceria família X escola faz-se presente, pois os pais involuntariamente acabam dividindo, com os profissionais envolvidos, suas angústias, anseios e conquistas, de modo que se torna valioso para os atores desse processo todo e qualquer avanço por eles conquistados.

Ainda para GLAT *et al.* p . 90 e 91:

Sem dúvidas, para que haja aceitação dos portadores de deficiência é preciso que eles estejam fisicamente presentes na comunidade, pois só assim as demais pessoas poderão se acostumar com eles. Porém, a rejeição explícita ou disfarçada como nas situações discutidas acima faz com que muitas famílias evitem a exposição social de seus filhos. Nesse sentido os meios de comunicação conforme lembrado por alguns dos nossos depoentes são importantes veículos de informação e desmistificação do estigma [...]

Os depoimentos das mães foram enfáticos no que diz respeito à melhoria da socialização. No entanto vale frisar o depoimento da mãe 1: “A sociedade em geral ainda tem muitas dificuldades de aceitar o diferente ou algum tipo de deficiência, porém, ao colocar uma criança PNEE's no convívio com outra, é desconstruir o preconceito, conseqüentemente tudo melhora. Onde moro ele já brinca com as crianças da rua, anda de bicicleta e joga bola. Em lugares estranhos normalmente o olham com pena, medo e outros sentimentos que nem sei explicar[...]”.

- Contribuições e melhorias na formação de conhecimentos hábitos e atitudes

“Hábitos de higiene, melhorias físicas conhecimentos específicos de leitura.”

(mãe 1)

“Já consegue se comunicar, quer ouvir música e gosta de ver televisão, outras crianças chamam sua atenção, e já não mais rejeita pessoas desconhecidas”

(mãe 2)

“No enriquecimento do seu vocabulário. Sua auto-estima melhorou. Mais participativa. Retém mais os assuntos que está conversando.” (mãe 3)

“Conhecimento melhorou em relação a leitura de mundo, entende melhor os comerciais, falo que melhorou por que na medida do possível tento proporcionar um ambiente familiar. Em relação a seus hábitos a escola ajuda muito por ter varias características de autista, gosta de mutilar os dedos, os pés, gosta de carregar peso, gosta de comer muito. Se tranca enquanto a escola faz interferência em parceria com a psicóloga, orientadora e família. E ela adquiriu novos hábitos como trabalhar, desenvolve várias atividades, lava roupa, limpa casa, faz comida, gosta muito de fazer doce, bolo, etc. Atitude depende muito de referencial, é muito vaidosa, só é rápida quando é para passear. (mãe 4)

O papel da escola pode ser avaliado pelas respostas aqui contidas, das melhorias físicas (andar de bicicleta, brincar, correr) e a evolução dos hábitos de higiene.

Em conhecimentos formais observa-se o desenvolvimento de comunicação com o outro, gostar de ouvir música, ver televisão, enriquecimento do vocabulário e a relação de leitura de mundo. Vale ressaltar que o maior bem adquirido é o resgate da auto-estima. (relato da mãe 3).

Baseado na coleta de dados pode-se verificar a contribuição positiva que a inclusão escolar exerce sobre os PNEE's. Vale ressaltar que há muito o que fazer em prol de uma escola ideal. Segundo GLAT *et al* (p. 70).

[...] a reestruturação do ensino regular para incorporar o modelo de escola inclusiva, ou escola para a diversidade, experiências isoladas, ainda não se tem comprovação sistemática de sua eficácia generalizada.

- Contribuição da escola para família lidar com o PNEE's

“Sim, adquirimos muitos conhecimentos de como lidar, conviver melhor.” (mãe 1)

“Muito. Consegui entender que meu filho é capaz, que pode aprender como outra criança com dificuldade para aprender, mas hoje aceito e vejo ele com outros conhecimentos.” (mãe 2)

“Aprendemos diversas coisas, uma delas foi que precisamos entender que minha filha é capaz de conviver com outras pessoas sem olhares preconceituosos.”
(mãe 3)

“Ajuda muito, a escola se tornou algo essencial, significativo, algo que aumenta sua vontade de viver, datas ... novos vocabulários etc. Eu sou a professora X mãe da Y (ou melhor dizendo, como ela mesma fala – O grude da mamãe).” (mãe 4)

As respostas das mães 1 e 2 destacam os conhecimento adquiridos através da escola que de maneira decisiva contribuiu para o bom relacionamento familiar. No depoimento da mãe 3 percebeu-se a capacidade de conviver superando os olhares preconceituosos dos outros.

SASSAKI (1997) enfatiza a importância do “pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todos as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias” (p. 164 e 165).

A escola, por sua vez, é o espaço facilitador que contribuiu na construção desses referenciais de convivência e cooperação em prol de uma sociedade que se aceite os sujeitos diferentes que dela fazem parte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição da inclusão na vida social dos portadores de necessidades educativas especiais é um tema que talvez pouco se tem abordado, e as informações sobre os resultados referentes à eficácia da inclusão têm ficado aquém das expectativas. Fala-se muito em formação dos profissionais, em preparar as escolas para atender as crianças PNEE's, e pouco se fala no que já acontece em várias escolas desde o início da implantação da Escola Inclusiva. Muitas crianças iniciaram seus estudos em turmas de integração e hoje estão sendo atendidas em escolas inclusivas, garantindo-lhes socializarem com outras crianças. O estudo desse tema possibilitou a essas professoras um maior conhecimento sobre o assunto pois muitas sentem-se incapazes de assumir tal desafio, talvez por medo do desconhecido. Entretanto, ninguém sabe lidar com situações novas, até que as faça. A experiência vem do estudo e da prática e só se aprende quando se propõe a aprender e a partir daí, algo sempre acontece. É fundamental, também, a pesquisa nesse processo.

Ao realizar este estudo ficou evidente que o contato com crianças PNEE's é gratificante e recíproco. Ambos, professores e pesquisadores aprendem, uns como os outros.

A convivência na escola e a cooperação mútua proporcionam para o portador de necessidades especiais uma oportunidade de conviver em ambientes ricos em estímulos, permitindo-lhes uma vida social saudável. Para o não portador de deficiência, proporciona um desenvolvimento humano, uma capacidade muito maior de lidar com as dificuldades do dia-a-dia e uma sensação boa de poder ser útil a alguém.

O portador de necessidades educacionais especiais estará sendo estimulado a transpor as limitações com os desafios, pois, para o ser humano os limites não existem, a não ser que estes lhes sejam impostos. Não é o PNEE que determina os seus limites. Muitas vezes ele é condenado a conviver apenas com sua família, que cria para ele um mundo de limitações, tanto físicas, como intelectuais, não lhe permitindo que cresça e transponha as barreiras do conhecimento, adquirido uns com os outros, na reciprocidade, na interação. Tal fato muitas vezes não acontece por zelo, com objetivo de protegê-lo.

Assim, quando a Constituição Federal garante a educação para todos, significa que é para todos mesmo, em um mesmo ambiente, e ele pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania.

Na verdade, para que os PNEE's possam exercer esse direito em sua plenitude é indispensável que a escola se adapte às mais diversas situações. Não se espera que a pessoa com deficiência, sozinha, procure se integrar. O contato com as mães é de extrema importância e pode direcionar o educador que procura informar-se sobre seu aluno, se o que ele está aprendendo de alguma forma o está ajudando a integrá-lo dentro de seu meio social. É a mãe que pode confirmar se o que o seu filho aprende na escola está contribuindo de forma satisfatória para o mesmo. Saber como ele se comporta, antes e depois, é fundamental para que o educador tenha subsídios e possa tomar posições, reavaliar sua prática e posteriormente fazer as alterações necessárias em suas estratégias para garantir progressos.

Estudar este tema permitiu a essas pesquisadoras conhecer um pouco do resultado que a inclusão está permitindo aos PNEE's a um convívio mais saudável para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. & PAULA, A. R. **Projeto escola viva - garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, Ministério de Educação e Cultura. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2000.

BRASIL, **A Educação Especial no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Centro de Documentação e Informação – coordenação de Publicações 1999.

___ **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. 14 ed. CODEP-Coordenação de publicações. Brasília: 2000.

___ Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. IN: **Diário Oficial da União**, de 23 de dezembro de 1996.

___ **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**, volumes 1 e 2. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

___ **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. 54 p.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, **Câmara de Educação Básica**: Resolução CNE/ CEB Nº 2, 11 de fevereiro de 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**, São Paulo: ed. Abril, Nº 182, mai 2005.

___ *et al.* **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/ SENAC, 1997.

NASCIMENTO, Dinalva Melo. **Metodologia do Trabalho Científico: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, ed. Forense, 2002

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**/ Uwe Flik; trad. Sandra Netz, 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GLAT, Rosana, DUQUE, Maria Auxiliadora T. **Convivendo com filhos especiais: O olhar paterno**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

SASSAKI, R.K. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKILAR, C (org.) **Educação e exclusão** – Porto Alegre: Mediação, 1999.

UNICEUB, **Guia de Formação para Professores das Séries Iniciais – Aprendendo a Aprender**, volume 5. Brasília: UniCEUB, 2003.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

WESTMACOTT, KENNETH. **Trabalhando por Mudanças**. Tradução: Maria Amélia Vampre Xavier. CBR, **IN** SASSAKI, R.K. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

APÊNDICE



UniCEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL –
PROJETO PROFESSOR NOTA 10

Entrevistadora: _____

Data : ____/____/____

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O TEMA:
INCLUSÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONVÍVIO SOCIAL

- 1 – Há quantos anos o (a) seu (sua) filho (a) frequenta a escola inclusiva?

- 2 – Como ele(a) se comporta nos vários segmentos da sociedade como: família, igreja, em festas, no supermercado? Ele já se comportava assim antes de ir para a escola?

- 3 – Depois do contato de seu (sua) filho (a) com outras crianças da escola como é o comportamento dele (a)?

- 4 – Ao seu ver, o convívio escolar tem influenciado na melhoria da socialização do (a) seu (sua) filho (a) com outras crianças da rua onde mora, em viagens e em outros lugares que você costuma levá-lo?

5 – Em que outros pontos o (a) seu (sua) filho (a) melhorou depois que passou a freqüentar a escola inclusiva (conhecimentos, hábitos e atitudes)?

6 – A escola a ajudou e à sua família a lidar com seu filho?